



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI**Nº 204/2025**

Altera dispositivos da Lei nº 4.356, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Valorização do Grupo Ocupacional do Magistério do Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

REGIME DE URGÊNCIA

AUTORIA: – EXECUTIVO MUNICIPAL

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em destaque).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO;
FINANÇAS E ORÇAMENTO;
MÉRITOS TEMÁTICOS;
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA;
REPRESENTATIVA.

Incluído no Expediente	Em	/	/
Incluído na Ordem do Dia	Em	/	/
Pedido de Vistas	Em	/	/
1ª Discussão e Votação	Em	/	/
2ª Discussão e Votação	Em	/	/
Aprovado em Redação Final	Em	/	/
Promulgada	Em	/	/
LEI Nº	Sancionada	Em	/
Publicada no Órgão Oficial	Nº	Em	/

TRAMITAÇÃO

[illegible]



PROJETO DE LEI Nº
De 29 de outubro de 2025

Altera dispositivos da Lei nº 4.356, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Valorização do Grupo Ocupacional do Magistério do Município de Campo Mourão, e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Os artigos 22 e 50 da Lei nº 4.356, de 27 de outubro de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 22.** Ao ser nomeado, o professor que comprovar titulação de especialização, mestrado ou doutorado será inicialmente enquadrado na referência II, grau 01 da tabela de vencimentos do respectivo cargo e, na sequência, ser-lhe-á concedido avanço horizontal na seguinte proporção:*

I - 5 (cinco) graus para o curso de pós-graduação em áreas afins da Educação;

II - 5 (cinco) graus para o curso de mestrado em áreas afins da Educação;

III - 5 (cinco) graus para o curso de doutorado em áreas afins da Educação.

***Parágrafo único.** Para efeitos deste artigo será considerado apenas um curso por nível de escolaridade.”*

***“Art. 50.** O professor, professor de educação infantil ou professor pedagogo enquadrados na referência II que comprovar a titulação superior a graduação fará jus ao avanço horizontal, caracterizado pela concessão de graus na mesma referência, nos seguintes termos:*

I - 05 (cinco) graus após a conclusão de especialização em áreas afins da Educação;

II - 05 (cinco) graus após a conclusão do curso de mestrado em áreas afins da Educação; e

III - 05 (cinco) graus após a conclusão do curso de doutorado em áreas afins da Educação.





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

§ 1º Para efeitos deste artigo será considerado apenas um curso por nível de escolaridade.

§ 2º Para a concessão de avanços por titulação não é necessário seguir a estrita ordem dos incisos constantes deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”

Campo Mourão, 29 de outubro de 2025

João Douglas Fabrício
Prefeito Municipal





MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

Encaminho para apreciação de Vossas Senhorias o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei nº 4.356, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Valorização do Grupo Ocupacional do Magistério do Município de Campo Mourão, e dá outras providências”.

A Lei nº 4.356/2022, em seu Título III, Capítulo I, dispõe as regras sobre o ingresso no concurso público do magistério, nomeação e estágio probatório. A Seção II do referido Capítulo trata especificadamente do ato de “nomeação” (requisitos que o candidato aprovado deve cumprir), sendo que o artigo 22 contempla a possibilidade de obter avanços na tabela de vencimentos já no citado ato, conforme se verifica no texto vigente:

“Art. 22. Ao ser nomeado, o professor que comprovar titulação de especialização, mestrado ou doutorado será inicialmente enquadrado na referência II, grau 01 da tabela de vencimentos do respectivo cargo e, na sequência, ser-lhe-á concedido avanço horizontal na seguinte proporção:

*I - 5 (cinco) graus para o curso de **pós-graduação na área de educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental**;*

*II - 5 (cinco) graus para o curso de **mestrado na área de educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental**;*

*III - 5 (cinco) graus para o curso de **doutorado na área de educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental**.*

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo será considerado apenas um curso por nível de escolaridade.” (grifou-se)

Analisando a mensagem justificativa apresentada na época com o Projeto de Lei, verifica-se que a intenção era conceder benefícios em reconhecimento aos títulos apresentados pelos profissionais já no início de carreira. Pensou-se em uma maneira de valorizar profissionais que se qualificaram antes do ingresso no serviço público (artigo 22).





Por sua vez, o Título IV da Lei nº 4.356/2022 disciplina o “exercício do cargo”, prevendo em seu artigo 50 os avanços por titulação, *in verbis*:

“Art. 50. O professor, professor de educação infantil ou professor pedagogo enquadrados na referência II que comprovar a titulação superior a graduação fará jus ao avanço horizontal, caracterizado pela concessão de graus na mesma referência, nos seguintes termos:

*I - 05 (cinco) graus após a conclusão de **especialização a nível de pós-graduação**;*

*II - 05 (cinco) graus após a conclusão do **curso de mestrado**; e*

*III - 05 (cinco) graus após a conclusão do **curso de doutorado**.*

§ 1º Para efeitos deste artigo será considerado apenas um curso por nível de escolaridade.

§ 2º Para a concessão de avanços por titulação não é necessário seguir a estrita ordem dos incisos constantes deste artigo.

Observe que os avanços por escolaridade a serem concedidos aos servidores durante a carreira não exige que as especializações, mestrados e doutorados sejam na área da educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.

Neste contexto, após a vigência da referida Lei, a Secretaria de Educação verificou que a probabilidade de um candidato aprovado possuir título de pós-graduação, mestrado ou doutorado **na área de educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental** é ínfima; enquanto que **em áreas afins da Educação** - que também qualifica o profissional para o exercício das funções - as situações existentes apresentam-se em maior número.

Tem-se observado também que durante a carreira, alguns servidores que possuem títulos de especialização, mestrado ou doutorado em áreas diversas da educação, protocolam requerimento para a concessão dos avanços previstos no citado artigo 50, destoando totalmente da intenção do legislador, que é contemplar com benefícios os servidores que se qualificam na área da educação, podendo, ainda que indiretamente, trazer os seus conhecimentos para o dia a dia do exercício de suas atribuições.

Então, em processos de solicitação de convalidação de escolaridade em que a Secretaria de Educação constata dúvidas quanto à correlação do curso com a área da educação e áreas afins da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, a avaliação é submetida a uma Comissão especialmente designada. E esta Comissão, ao analisar os artigos 22 e 50 da Lei nº 4.356/2022, verificou incoerências que estão ocasionando prejuízos a alguns servidores, haja vista que a redação dos dispositivos legais restringe indevidamente o reconhecimento de determinados cursos.





PREFEITURA DE CAMPO MOURÃO

CAMPO MOURÃO | CIDADE ESCOLA

Portanto, verificou-se a necessidade de uniformizar a redação entre os artigos 22 e 50, garantindo maior coerência, clareza e segurança jurídica na aplicação da Lei, além de assegurar tratamento equitativo aos profissionais do magistério.

Ante o exposto, encaminho o presente Projeto de Lei a essa Egrégia Casa Legislativa para deliberação e aprovação **em regime de urgência**, considerando os pedidos de servidores do magistério pendentes de análise junto à Gerência de Recursos Humanos.

Na oportunidade, renovo aos Nobres Edis os meus votos de profundo respeito e admiração.

Campo Mourão, 29 de outubro de 2025.



Assinado eletronicamente por:

JOÃO DOUGLAS FABRÍCIO

29/10/2025 16:28:47

João Douglas Fabrício
Prefeito Municipal

